SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 193, DE 2007
(nº 821/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (BRASUNESCO).

Os méritos do Senhor João Carlos de Souza-Gomes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de novembro de 2007.

EM Nº 00335 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G - APES

Brasília, 26 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (BRASUNESCO).

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Senhor **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES
CPF.: 23000554734
ID.: 5339/MRE

16/11/1948	Filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes, nasce em 16 de novembro, em Madri, Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II da Constituição de 1946)
02/04/1973	CPCD - IRBr
21/11/1974	Terceiro Secretário em 21 de novembro
22/11/1974	Divisão das Nações Unidas, assistente e Chefe, interino
15/12/1974	Direito pela Universidade do Estado da Guanabara
03/05/1976	Departamento de Organismos Internacionais, assistente e Chefe de Gabinete
11/11/1977	Secretaria de Assuntos Legislativos, assistente e Chefe
12/06/1978	Segundo Secretário, por merecimento, em 12 de junho
22/03/1979	Secretaria-Geral, Coordenadoria de Projetos Especiais, assessor e Chefe
25/05/1979	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
26/06/1980	Primeiro Secretário, por merecimento, em 26 de junho
16/08/1980	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
28/08/1980	Embaixada em Paramaribo, Encarregado de Negócios em missão transitória
17/09/1980	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
15/07/1981	Ordem da Águia Asteca, México, Insígnia
16/03/1982	Ordem de Palma, Suriname, Cavaleiro
13/04/1983	Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios em missão transitória
15/07/1985	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor e Chefe de Gabinete
20/09/1985	Divisão de Arquivo e Documentação, Chefe
04/11/1985	Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Primeiro Secretário, Conselheiro e Encarregado da Delegação

01/07/1986	Conselheiro, por merecimento, em 1º de julho
07/11/1989	Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
28/11/1990	CAE - IRBr, A Retirada Norte-Americana da UNESCO, no Contexto dos Principais Aspectos da Crise da Organização
18/06/1991	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de junho
01/11/1991	Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Geral
18/10/1993	Escritório Financeiro em Nova York, Chefe
03/07/1997	Embaixada em São José, Costa Rica, Embaixador
29/06/1999	Ministro de Primeira Classe em 29 de junho
14/08/2000	Assessoria de Relações com o Congresso, Chefe
25/09/2001	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
25/03/2003	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
23/06/2003	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe
01/10/2003	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
20/10/2003	Ordem de "Orange", Países Baixos, Cavaleiro
17/11/2003	Embaixada em Caracas, Embaixador

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

O Brasil e a UNESCO

Em 2007, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultural – UNESCO comemorou seus 62 anos de existência demonstrando não haver perdido seu poder de ressonância política e sua importância no cenário multilateral. Vários dos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" são de sua competência direta, estando cada vez mais evidente a importância da educação, da ciência e da cultura na superação da pobreza estrutural e na luta pelo desenvolvimento. Sem uma ação eficaz da UNESCO, dificilmente a comunidade internacional poderá responder ao desafio de construir, no século XXI, um mundo mais próspero, igualitário e democrático.

2. É no ambiente arejado dessa Organização que temas sensíveis, a exemplo dos contrastes religiosos e culturais, podem ter um tratamento construtivo, passando de fonte de conflitos a repositório da riqueza civilizacional da humanidade. O diálogo contínuo que se trava na UNESCO – reunindo os delegados de 193 estados membros e 6 estados associados, juntamente com representantes da sociedade civil, da comunidade científica e da intelectualidade – tem facilitado o abrandamento de tensões políticas internacionais, com soluções inovadoras e pacíficas.

3. Exemplo disso ocorreu em outubro de 2005, durante a 33ª Conferência-Geral, com a aprovação da "Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais" e da "Declaração de Normas Universais em Matéria de Bioética", instrumentos normativos que contribuem para o avanço construtivo de alguns dos principais temas da atualidade. Longe de ser apenas um organismo técnico, destinado a apoiar iniciativas nacionais nas suas áreas de competência, a UNESCO, com seu perfil humanista, nasceu talhada para servir de contraponto a outras instâncias internacionais, cuja atuação está marcada pelos interesses políticos ou econômicos.

4. No âmbito da reforma do sistema das Nações Unidas, algumas medidas estão sendo estudadas para reforçar o dinamismo alcançado pela UNESCO na atual gestão do Diretor-Geral Koichiro Matsuura (1999-2007). Nesse contexto,

verifica-se um debate de fundo sobre os novos rumos da organização, no qual transparecem divergências entre as posições restritivas de alguns países desenvolvidos e a perspectiva mais ampla das principais nações emergentes. Consideram os integrantes do bloco anglo-saxão (e seus aliados) que o novo perfil da UNESCO deve estar centrado na proteção do patrimônio mundial, nas atividades de cooperação técnica e na difusão de melhores práticas e padrões de excelência em educação, ciência e cultura. Já o grupo composto pelos mais destacados países em desenvolvimento deseja ver uma UNESCO capaz de agregar a essas tarefas técnicas uma ótica centrada no objetivo do combate à pobreza e promoção do desenvolvimento. atuação mais desenvolta

5. Semelhante perspectiva é defendida com firmeza pelos representantes de nosso país naquele organismo, do qual somos o 10º maior contribuinte financeiro. Com efeito, a Delegação do Brasil tem sabido exercer um papel de liderança entre aquele que advogam ser a UNESCO uma instância indispensável na luta em prol do desenvolvimento, bem como no debate de novos temas da agenda internacional: diversidade cultural, cultura da paz, ética na ciência, compartilhamento de conhecimentos, sociedade da informação, direitos humanos, meio ambiente e acesso aos recursos naturais, entre outros.

6. O Brasil vem também se destacando nas negociações de textos normativos da UNESCO e na definição das prioridades do planejamento estratégico da organização. As passagens do Professor Israel Vargas e dos Embaixadores Antônio Augusto Dayrell de Lima e Luiz Filipe de Macedo Soares pela chefia da Delegação do Brasil junto à UNESCO em muito contribuíram para relançar nosso país como um dos membros mais atuantes nesse importante foro. Atualmente, o Representante Permanente do Brasil atua como Vice-Presidente do Conselho Executivo da UNESCO (principal instância decisória do organismo) e Presidente do Comitê de Convenções e Recomendações (CRE), responsável pelas questões de direitos humanos.

7. O Brasil conta também com um representante na alta direção da UNESCO (o Diretor-Geral Adjunto, Márcio Barbosa) e diversos outros nacionais em cargos importantes do Secretariado. Além disso, o Escritório da UNESCO no Brasil

(UBO) é o principal escritório regional da organização em todo o mundo, desenvolvendo projetos de cooperação com diversos órgãos do governo federal, em especial o MEC, MinC e MCT, bem como com alguns estados e municípios.

I - Educação

8. O atual carro-chefe da UNESCO é o "Programa Educação para Todos – EPT", iniciativa de superlativa importância para nosso país. O EPT utiliza recursos orçamentários da UNESCO, que, somados a contrapartidas dos estados membros, permitem a implementação de projetos voltados para: (a) o fortalecimento das estruturas nacionais, estaduais e municipais de ensino; (b) a capacitação técnica dos formuladores de políticas educacionais e dos profissionais da educação; (c) o apoio à implementação de políticas nacionais de alfabetização de crianças e educação de adultos; (d) o desenvolvimento de parcerias com organizações não-governamentais e instituições privadas.

9. Em abril de 2000, delegações de 164 países se reuniram na Cúpula Mundial da Educação, realizada no Senegal, havendo na ocasião definido os seguintes objetivos estratégicos, conhecidos como "Metas de Dacar", a serem atingidos até 2015: (i) expandir e melhorar os cuidados com a infância; (ii) universalizar a educação gratuita, compulsória e de qualidade; (iii) assegurar que as necessidades básicas de aprendizagem dos jovens sejam satisfeitas de modo eqüitativo, por meio do acesso a programas de aprendizagem apropriados; (iv) atingir 50% de melhoria dos níveis de alfabetização de adultos; (v) eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária, com foco no acesso de meninas à educação básica de qualidade; (vi) melhorar a qualidade da educação, especialmente nos países em desenvolvimento. Além de perseguir estas metas, o EPT tem presente as seguintes problemáticas:

- os países do chamado E-9 (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão) abarcam 70% da população analfabeta do mundo;
- uma em cada cinco crianças entre 6 e 11 anos está fora da escola;
- mulheres e meninas são o grupo mais desfavorecido;

- em diversos países africanos e asiáticos, a epidemia de AIDS está acabando com os progressos feitos em prol da educação.

10. O Brasil comemora a "Semana da Educação para Todos" desde 1993, e é um dos poucos países do mundo que conta com um artigo em sua Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDN, 1996) determinando que os planos nacionais de educação sejam elaborados com base na Declaração Mundial de Educação para Todos. Em consonância com os princípios do Programa Educação para Todos, os planos nacionais de educação elaborados pelo MEC vêm, desde essa data, estabelecendo metas para a expansão e melhoria da qualidade da educação infantil. O MEC também incentiva os estados e municípios a elaborarem seus planos locais de educação, contemplando principalmente, a educação infantil.

11. Ainda inerente à educação infantil, existe o "Programa Fundo do Milênio para a Primeira Infância", firmado em 2003. O principal objetivo do Programa é a qualificação do atendimento em creches e pré-escolas sem fins lucrativos, que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social. A principal estratégia está fundamentada na qualificação dos profissionais da educação infantil, considerando que a qualificação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais relevantes para a promoção de padrões de qualidades adequados na educação.

12. Os objetivos do Programa Educação para Todos prevêem, além do acesso à escola, uma educação eqüitativa e de qualidade. O Brasil tem apoiado diversas ações direcionadas à melhoria da qualidade da educação, integrando federação, estados e municípios. Destaca-se a assistência técnica prestada pela UNESCO aos projetos "Educação e Aprendizagem" e "Fundo-escola", ambos desenvolvidos pelo MEC, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e a efetividade da escola de ensino fundamental.

13. Em sintonia com a UNESCO, o governo federal acaba de lançar o "Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE", que reúne um conjunto de medidas pedagógicas, financeiras e de infra-estrutura, capazes de tratar, de maneira sistêmica, os desafios educacionais do país, nos diversos níveis de ensino (infantil, fundamental, médio e superior). O Plano parte do princípio de que a educação,

além de constituir responsabilidade precípua do Estado, deve também beneficiar-se de um esforço social mais amplo, que transcenda a escola, para completar-se na família, na comunidade e nos ambientes de trabalho. Nesse sentido, o desafio da melhoria de nossos padrões educacionais impõe uma mobilização e conscientização da sociedade civil, assim como a adoção, na esfera governamental, de mecanismos sólidos de responsabilidade administrativa e legal, que permitam o combate à ineficiência e à corrupção. Somente mediante um esforço concentrado nessa área será possível viabilizar o projeto de desenvolvimento de nosso país.

14. A visão sistêmica adotada no PDE permitiu superar as "falsas oposições" entre níveis de educação. Não é possível cuidar apenas da educação básica, sem considerar o ensino superior, nem tampouco separar o ensino médio do ensino profissionalizante. Um dos aspectos mais relevantes do Plano é a valorização dos profissionais de educação, mediante treinamento constante e atualizações, bem com melhorias no plano salarial.

15. A UNESCO tem sido, de forma consistente, o principal motor da cooperação internacional com o Brasil em matéria de educação. Isso se dá tanto por intermédio do acordo direto MEC-UNESCO (1993) e dos projetos específicos implementados ao seu abrigo, quanto em decorrência de parcerias desenvolvidas com outros estados membros, sob a inspiração do ambiente de debates da organização. No plano sul-sul, essa cooperação vem-se alargando, em particular com os países sul-americanos e membros do E-9. Apoiamos o "Fundo de Cooperação Sul-Sul", recentemente estabelecido, para o qual o Brasil fará uma primeira contribuição no valor de 40 mil dólares. Apoiamos, também, a cooperação trilateral com os doadores do "Fast Track Initiative - FTI".

16. No entender do governo brasileiro, será fundamental colocar à disposição da UNESCO, das agências internacionais e dos mecanismos bilaterais de cooperação um "banco de projetos", baseado nas melhores práticas educacionais vigentes nos estados membros. Nesse sentido, o Brasil organizará, no próximo ano, seminário internacional voltado para a apresentação e o compartilhamento dos programas de larga escala já aplicados tanto no Brasil quanto em outros países em desenvolvimento, nas áreas de: (i) financiamento educacional; (ii) bolsa-escola

e bolsa-família; (iii) avaliação de qualidade; (iv) alimentação escolar; (v) distribuição gratuita de livros didáticos; (vi) formação de professores. Nossa intenção é consolidar um portfolio de melhores práticas, que poderão colocar a cooperação internacional em novas bases, construídas sobre programas consolidados em escala nacional, que poderão transformar-se em políticas públicas em outros países em desenvolvimento.

17. O governo brasileiro tem defendido, na UNESCO: (a) o fortalecimento do EPT, com a concentração de seus recursos em ações junto aos países em desenvolvimento, especialmente os países do E-9; (b) medidas voltadas para a conversão de dívida externa em educação; (c) a autonomia dos estados membros na formulação de suas políticas nacionais de ensino e a não-subordinação do ensino a critérios de mercado ou aos imperativos das negociações internacionais na área de serviços (GATS); (d) a necessidade de ajustes nos sistemas escolares, no sentido de rever paradigmas didáticos e melhorar o ensino oferecido.

18. No plano do ensino superior, o Brasil apóia, com entusiasmo, o trabalho que o "Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe - IESALC", organismo ligado à UNESCO, vem realizando, a partir da visão de que as universidades constituem agentes de transformação do sistema educacional como um todo. O Brasil tem apoiado financeiramente diversos projetos da IESALC, hoje dirigido pela Dra. Ana Lúcia Gazzola, ex-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

19. Na área da alfabetização e da educação de jovens e adultos, o Brasil terá a honra de sediar a "VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFITEA" em maio de 2009.

II - Ciência

20. A UNESCO é o único organismo especializado do Sistema da ONU que tem mandato amplo em ciências sociais e naturais. Por força de seu mandato específico, e na esteira do capital de credibilidade que acumulou em seus 62 anos de existência, a UNESCO tem-se mostrado capaz de mobilizar a comunidade científica internacional e articular junto a governos e sociedade civil respostas a

alguns dos desafios da atualidade. Não obstante tais realizações, a área das ciências encontra-se hoje no centro dos debates sobre a reestruturação do organismo.

21. O setor de Ciências Sociais, que, no biênio 2004-2005, concentrou-se na negociação da "Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos", teve perfil baixo no ano de 2006 e primeira metade de 2007. As conversas sobre o assunto no interior da organização têm evidenciado uma fratura entre as delegações anglo-saxãs (e aliados), por um lado, que questionam o papel da UNESCO em uma área que reputam própria às instituições acadêmicas, e as delegações de países francófonos e em desenvolvimento – notadamente o grupo de países da América Latina e Caribe – que valorizam a UNESCO como a agência do sistema das Nações Unidas com perfil e mandato para promover o desenvolvimento das ciências sociais e sua aplicação no processo de formulação de políticas públicas.

22. Especula-se que, por detrás dessa iniciativa do bloco anglo-saxão, estaria a intenção de pôr um freio à atuação da UNESCO na área de ciências sociais e humanas – que abrange temas tais como ética das ciências, direitos humanos, cultura da paz, combate ao racismo, inclusão social e o "Programa de Gestão das Transformações Sociais – MOST". Embora nada de concreto possa ainda ser apontado nessa direção, comenta-se que a intenção desses países seria a fusão das áreas de ciências sociais e naturais, o que reduziria o espaço dedicado às humanidades.

23. É importante que o Brasil apóie a manutenção da independência do setor de ciências sociais e reforce, na área das ciências naturais a necessidade de maior cooperação sul-sul, além de iniciativas destinadas a minorarem a "evasão de cérebros" dos países em desenvolvimento. Será também desejável que se mantenha ativo na Comissão Mundial de Ética dos Conhecimentos Científicos e das Tecnologias (COMEST), da qual é membro o Professor Luiz Hildebrando Pereira da Silva, e volte a participar do Comitê Intergovernamental de Bioética (CIGB), do qual encontra-se ausente há quase uma década.

24. Áreas da UNESCO relacionadas à ciência e especialmente importantes para o Brasil são: (a) o "Programa Hidrológico Internacional – PHI", de cujo

Conselho Intergovernamental o Brasil é membro; (b) o "Programa O Homem e a Biosfera – MAB", no âmbito do qual o Brasil inscreveu Reservas da Biosfera; e (c) a "Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI", de cujo Bureau o Brasil participa. Embora a participação brasileira nesses importantes foros se imponha diante da extensão e diversidade de nosso território, nosso aporte tem sido apenas modesto.

25. Temas científicos cuja presença seria importante para o Brasil reforçar na UNESCO seriam: (i) o fomento a iniciativas de aproximação e diálogo entre a intelectualidade e os tomadores de decisão, a exemplo do ocorrido durante a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – II CIAD, realizada em Salvador, de 12 a 14 de julho de 2006; (ii) a atuação da Comissão Oceanográfica Intergovernamental – COI, principal organismo da ONU para a mobilização de conhecimentos científicos relacionados com o uso sustentável dos recursos marinhos e dos Oceanos; (iii) o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase nos recursos hídricos e nas energias alternativas e renováveis, matérias nas quais a excelência brasileira é reconhecida internacionalmente; (iv) o estabelecimento e negociação de padrões éticos para as ciências.

III - Cultura

26. A participação do Brasil no setor da cultura da UNESCO tem sido protagônica. O setor desfruta hoje de grande visibilidade, mercê de três instrumentos multilaterais de elevada importância: a "Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural", de 1972; a "Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial", de 2003; e a "Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais", de 2005.

27. Na área do patrimônio material, o Brasil é país de excelência, desde o trabalho pioneiro de Rodrigo Mello Franco na estruturação do que viria a se tornar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Brasil tem hoje 17 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial [1], sendo o 10° país com maior número de sítios tombados pela UNESCO. Em 2007-2008, deveremos estar apresentando duas novas candidaturas, ambas de grande

significado político e cultural: "Caminho do Ouro de Paraty e sua Paisagem" (cujo dossiê foi entregue ao Centro do Patrimônio Mundial no último dia 5 de outubro) e "Paisagem Cultural do Rio de Janeiro" (cujo dossiê está sendo ultimado).

28. Dada sua expertise e interesse pelo tema, o IPHAN mantém diálogo constante com o Centro do Patrimônio Mundial (órgão de assessoria técnica na área do patrimônio), talvez a unidade de maior prestígio dentro do Secretariado da UNESCO. Nosso país lançou sua candidatura para um assento no Comitê do Patrimônio Mundial (órgão intergovernamental e instância política na área do patrimônio), do qual se encontra ausente desde 1999. O pleito ocorrerá durante a [illegible]na Assembléia das Partes da Convenção de 1972, que terá lugar, em Paris, nos dias 24-25 de outubro, à margem da 34ª Conferência Geral da UNESCO.

. Somos também internacionalmente reconhecidos como país de vanguarda em matéria de proteção do patrimônio imaterial – essas expressões vivas da cultura, enraizadas em nosso folclore e vida cotidiana. O Brasil desenvolveu, neste campo, uma política sistemática e consistente, apoiada em larga experiência anterior, cujas origens remontam ao anteprojeto de lei de proteção do patrimônio cultural, elaborado, em 1936, por Mário de Andrade.

30. Hoje, contamos com uma legislação específica para o reconhecimento e a valorizaçao do patrimônio imaterial (Decreto 3.551, de 4/8/2000), uma metodologia nessa área (Inventário Nacional de Referências Culturais) e um arcabouço institucional de excelência internacional no âmbito do IPHAN. Duas manifestações brasileiras – as "Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi" e o "Samba de Roda do Recôncavo Baiano" – foram proclamadas pela UNESCO Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

31. Passando ao tema da diversidade cultural, a UNESCO iniciou o ano de 2006 sob o impacto da adoção, durante a 33ª Conferência Geral, da "Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais". Foi, sem dúvida, um acontecimento maior nas relações internacionais multilaterais, com reflexos que se farão sentir em diversas áreas. A rapidez da entrada em vigor desse instrumento, graças à ratificação por 69 estados (até 05/10/07), mostra o interesse que suscita. Do ponto de vista político, a ferrenha oposição dos EUA

conferiu contornos adicionais à negociação, demonstrando ter a UNESCO a capacidade de atuar como foro em que a lógica dos interesses econômicos cede espaço a considerações de fundo humanista.

32. O governo brasileiro entende que nenhum estado nacional pode hoje furtar-se a defender seu espaço vital no campo da cultura. Na nossa visão, a Convenção das UNESCO obre a Diversidade Cultural é um texto que, antes de tudo, assegura aos países signatários o direito de implementar políticas públicas robustas na área da cultura, seja no caso das expressões culturais tradicionais (ou ligadas a minorias), seja no tocante a importantes complexos produtivos, tais como o audiovisual, a indústria fonográfica, a mídia e o setor editorial.

33. O Brasil percebe, contudo, que já não basta atuar em defesa da diversidade apenas no plano nacional. O texto da Convenção reforça a necessidade de que nossas atividades de promoção cultural evoluam no sentido do diálogo e da diversidade, passando a contemplar um maior intercâmbio cultural com outros países.

34. De fato, a manutenção de um ativo diálogo entre as diferentes culturas do planeta constitui um dos pilares da paz internacional. Ao possibilitar a transferência de experiências, legados e idéias, esse intercâmbio cultural espraia pela orbe uma atmosfera que favorece o entendimento. A diversidade cultural e o diálogo entre culturas são os antídotos que precisamos cultivar, no âmbito da UNESCO, em prol da vitalidade de nossa riqueza civilizacional e em benefício da cultura da paz. Essa nova fronteira, que responde aos excessos da globalização com a proposta de uma "ecumêne da pluralidade", hoje informa a atuação da diplomacia cultural do Brasil.

35. Ao Brasil interessa também ver a UNESCO aprofundar sua atuação da área do apoio à economia criativa e indústrias culturais. A produção criativa, seja no âmbito da música, da dança, das artes, do audiovisual, da propaganda, dos jogos eletrônicos ou da moda, é cada vez mais um ramo de alta lucratividade, aberto à entrada da produção oriunda dos países emergentes. Essa oportunidade se mostra especialmente presente no caso de países como o Brasil, a África do Sul,

a China e a Índia, que contam com uma juventude dinâmica, capaz de aliar à forte herança cultural local um domínio desenvolto das novas tecnologias.

36. A expertise da UNESCO poderá, em muitos casos, auxiliar os países em desenvolvimento a incorporarem as perspectivas da abertura de mercados, da viabilização de negócios e da reorientação de fluxos produtivos, dimensões estratégicas hoje indispensáveis ao fortalecimento das indústrias culturais. As atividades culturais têm a vantagem de permitir aos países mais pobres saltarem por sobre as etapas clássicas do desenvolvimento econômico, para chegarem com rapidez a uma produção de elevado valor agregado. Estas atividades devem ser vistas, por conseguinte, como elementos-chave na superação da pobreza, na criação de empregos e na geração de renda.

IV – Comunicação e Informação

37. A UNESCO atua também na área da comunicação e informação, embora este setor tenha demonstrado menos dinamismo se comparado com os demais. Os problemas enfrentados pela UNESCO nessa área preocupam ao Brasil. O "Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação – PIDC", criado em 1980 (tendo já apoiado mais de mil projetos de desenvolvimento de mídias, em 135 países), poderá em breve sofrer uma indesejável paralisação por falta de recursos. O presidente do Conselho Intergovernamental do Programa chegou mesmo a afirmar que poderia recomendar o seu fim à próxima Conferência Geral, caso tal situação não seja revertida.

38. Igualmente grave é a situação financeira do "Programa Informação para Todos – IPT". O Conselho do Programa planeja dar maior visibilidade a três prioridades: (a) instrução em informação; (b) conhecimento dos meios de preservação da informação; (c) ética na informação (infoética). Parcos recursos têm sido destinados no orçamento da UNESCO a itens considerados prioritários pelo Brasil, tais como a ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por intermédio da mídia e às TICs; e o tema transversal "A contribuição das tecnologias da informação e da comunicação para o desenvolvimento da

educação, da ciência e da cultura e para a construção de uma sociedade do conhecimento".

39. O Brasil tem enfatizado, nesse particular, a importância de dirigir recursos adicionais para a produção de programas de computador (livres e gratuitos) na área do tratamento da informação e da educação. Para o Brasil, tais temas são de importância-chave para a acessibilidade, sem a qual não se poderá assegurar uma difusão igualitária da sociedade do conhecimento.

40. A UNESCO tem também agido no seguimento da "Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – WSIS". Caberá à UNESCO, juntamente com outros atores internacionais, facilitar a implementação de ações consubstanciadas no Plano de Ação de Genebra, mediante: (a) ações concretas nos principais programas da Organização; (b) participação nos mecanismos previstos, inclusive do Grupo das Nações Unidas sobre Sociedade da Informação; (c) parcerias com a sociedade civil e a iniciativa privada para a implementação do Plano de Ação de Genebra; (d) participação na coordenação pós-WSIS, especialmente no tocante à governança da internet e aplicação das "Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs" no campo do desenvolvimento econômico e social. Relatório nesse sentido deverá ser apresentado durante a 34ª Conferência Geral.

41. A UNESCO introduziu na agenda internacional o conceito de "sociedades do conhecimento", em contraponto ao conceito de "sociedade da informação". A formulação da UNESCO tem o mérito de oferecer uma visão abrangente, que justifica sua perspectiva multidisciplinar e inter-setorial como indispensável ao correto tratamento do tema. O conceito de "sociedades do conhecimento" baseia-se em quatro princípios: (i) liberdade de expressão; (ii) acesso universal à informação e ao conhecimento; (iii) promoção da diversidade cultural; (iv) igualdade de acesso à educação de qualidade.

42. Outros temas ligados ao setor vem também sendo ventilados na UNESCO, embora haja no próprio Secretariado resistências a interferir em áreas da competência de outros organismos, a exemplo da OMPI. A posição brasileira deve ser de reforço a uma maior presença da UNESCO nesses debates – como é

o caso do tema da Radiodifusão – de forma a combater as posições conservadoras de órgãos onde o domínio dos países desenvolvidos é bastante marcado.

V – Conselho Executivo

43. O Brasil foi reeleito, em 2005, durante a 33ª Conferência Geral, para o Conselho Executivo da UNESCO, com mandato até outubro de 2009. Principal órgão de acompanhamento da gestão e de definição das estratégias da organização, o Conselho tem sabido mostrar-se também um organismo político para o qual refluem matérias delicadas, que se beneficiam, em seu tratamento, da perspectiva humanista da organização e de sua vocação para um diálogo mais democrático (não existem, na UNESCO, países com assento permanente no Conselho Executivo ou poder de veto sobre suas decisões).

44. Recentemente, o Brasil foi eleito para presidir o Comitê sobre as Convenções e Recomendações (CRE) – vinculado ao Conselho Executivo – cuja principal função é examinar e fazer recomendações sobre queixas de direitos humanos nos domínios de interesse da UNESCO. Nos cerca de 20 anos de sua atuação, o CRE tem-se revelado extremamente útil em apoio à causa da liberdade de expressão, pesquisa e pensamento. Graças a seu perfil reservado e extrema seriedade, o CRE tem logrado solucionar bom número dos casos que lhe são apresentados.

MD/DAMC/MRE
Brasília, 22 de outubro de 2007.

NOTA:

[1] Os 17 sítios brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial são: 1 – Parque Nacional do Iguaçu; 2 – Reservas do Sudeste (Mata Atlântica); 3 – Parque Nacional da Serra da Capivara; 4 – Costa do Descobrimento (Mata Atlântica); 5 – Centro Histórico de Salvador; 6 – Centro Histórico de Olinda; 7 – Missões Jesuíticas dos Guaranis (Ruínas de São Miguel); 8 – Cidade Histórica de Ouro Preto; 9 – Centro Histórico de Diamantina; 10 – Santuário de Bom Jesus do Matosinho, em Congonhas; 11 – Centro Histórico de São Luís; 12 – Brasília; 13 – Áreas Protegidas do Cerrado (Parques Nacionais das Emas e da Chapada dos Veadeiros; 14 – Centro Histórico de Goiás Velho; 15 – Área de Conservação do Pantanal; 16 – Complexo de Conservação da Amazônia Central (Parque Nacional do Jaú; 17 – Ilhas Atlânticas Brasileiras (Fernando de Noronha e Atol das Rocas).

UNESCO

I – Dados Básicos

Fundação: 16 de novembro de 1945
Estados membros: 193
Estados associados: 6
Orçamento bienal (2008-2009): US$ 631 milhões
Diretor-Geral: Koïchiro Matsuura (Japão)

Áreas de atuação:
Educação; ciências sociais e humanas; direitos humanos e combate ao racismo; ciências naturais e meio ambiente; diversidade cultural; diálogo intercultural; patrimônio material e imaterial; liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia; acesso à informação e inclusão digital.

Principais programas:
Programa Educação para Todos (EPT); Programa O Homem e a Biosfera (MAB); Programa Internacional de Geociências (PIGC); Programa Hidrológico Internacional (PHI); Programa Mundial para a Avaliação dos Recursos da Água (WWAP); Programa Internacional de Ciências Básicas (IBSP); Programa de Educação à Ética (PEE); Programa Internacional sobre a Democracia (PID); Programa de Gestão das Transformações Sociais (MOST); Programa Informação para Todos (IPT); Programa para o Desenvolvimento da Comunicação (PDC); Programa Memória do Mundo (PMM).

Principais órgãos:
Conferência Geral (bienal); Conselho Executivo (semestral); Comissão Oceanográfica Internacional (COI); Comitê Intergovernamental de Bioética (CIGB); Comissão Mundial de Ética dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos (COMEST); Comitê do Patrimônio Mundial (CPM), Comitê Intergovernamental da Convenção sobre o Patrimônio Imaterial (2003); Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Diversidade Cultural (2005).

II – Representantes Permanentes do Brasil junto à UNESCO (2000-2007)

Professor José Israel Vargas
17 de abril de 2000 – 18 de julho de 2003

Embaixador Antônio Augusto Dayrell de Lima
19 de julho de 2003 – 30 de novembro de 2005

Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares
1° de dezembro de 2005 (posse) –

III – Lotação da Delegação Permanente do Brasil

- 01 Representante Permanente (Embaixador)
- 01 Ministro de Segunda Classe da carreira diplomática
- 02 Conselheiros ou Secretários da carreira diplomática
- 02 Oficiais de Chancelaria
- 02 Assistentes de Chancelaria
- 06 Contratados Locais (pessoal de apoio)

IV – Contribuição bienal do Brasil à UNESCO (2006-2007)

Parcelas em dólares:
US$ 2,035,260.00 (2006) – não pago
US$ 1,180,960.00 (2007) – não pago

Parcelas em euros:
€ 2.270.906,00 (2006) – não pago
€ 1.306.142,00 (2007) – não pago

Dotação orçamentária do MRE para pagamentos à UNESCO:
R$ 10.941.000,00 (Lei de Orçamento para 2007) – ainda sem contrapartida financeira

V- Diretor-Geral da UNESCO

Nome: Koïchiro Matsuura (Japão)
Posse: 15 de novembro de 1999
Reeleito em outubro de 2005 (33ª Conferência Geral)
Mandato expira em outubro de 2009 (35ª Conferência Geral)

VI - Escritório da UNESCO no Brasil (UBO)

Data de criação: 19 de junho de 1964 (ainda do Rio de Janeiro)
Instalação do UBO em Brasília: 1972
Escritórios antena: Bahia; Mato Grosso; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; São Paulo
Chefes do UBO (1997-2007):
- Jorge Werthein (Argentina): 1997- 2005
- Rosamaria Durand (Canadá): janeiro a abril de 2006
- Vincent Defourny (Bélgica): maio 2006 até o presente

Aviso nº 1.081 - C. Civil.

Em 1º de novembro de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (BRASUNESCO).

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 8/11/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:16673/2007)